

## **TECNOLOGIA, SABERES TRADICIONAIS E EXTRATIVISMO**

**Cynthia Carvalho Martins**

Antropóloga, Departamento de Ciências Sociais

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

O propósito da comunicação consiste em refletir sobre os saberes tradicionais e as tecnologias a partir de posições no campo científico, expressa por autores de matrizes disciplinares distintas. E ainda, sobre a relação entre o campo científico, as intervenções governamentais e as representações de agentes sociais mobilizados em defesa da afirmação identitária.

Reflico sobre tecnologia a partir do campo intelectual constituído por autores com teorias distintas, e, no caso dos autores que pesquisam no Maranhão e Tocantins, a ênfase está nas interpretações sobre o extrativismo de babaçu.

Dentre as correntes teóricas, destaco o colecionismo que predominou no Brasil no início do século passado nas interpretações referidas ao campo da produção de conhecimento sobre “outros povos”. Os artefatos materiais produzidos por técnicas locais eram interpretados como fora das relações sociais e frequentemente recolhidos para montagem de coleções para Museus. Ao centrarem seu trabalho no recolhimento do maior número possível de artefatos a fim de serem classificados, os autores remontavam a origem e o estágio evolutivo dos grupos. A classificação dos grupos e de sua tecnologia era externa às representações locais.

No colecionismo os detalhes culturais eram tratados como espécies classificáveis em categorias distintas e que evoluem gradualmente, daí o termo “coleções”, empregado para designar o conjunto de artes, crenças e costumes dos povos considerados exóticos. Nessas interpretações, o esquema evolucionista de explicação não deixa de ser atualizado, orientando como salienta Faria: “o que pensar, como pensar e como ordenar as coisas pensadas” (FARIA: 2006).

Os povos indígenas referidos às paisagens com predominância de palmáceas interessavam sobremaneira a Curt Nimuendajú, que nos anos de 1914 e 1915 visitou as aldeias de Tembé, Urubu e Timbira. O autor, de origem alemã, se deslocou para o Brasil

no ano de 1903 e recebeu esse nome dois anos mais tarde dos índios Guarani no Oeste de São Paulo e sul do Mato Grosso. Sua trajetória é marcada pela realização de trabalhos referidos a diferentes grupos indígenas, alguns viviam em áreas de babaçuais, sobre os quais escreveu etnografias como Os Apinayé. Ele visitou a aldeia dos Apinayé a primeira vez em 1928, mais precisamente as quatro aldeias existentes: Mariazinha, Cocal, Gato Preto e Bacaba, na região do Araguaia Tocantins. No livro Os Apinayé há referências aos artefatos de palhas de babaçuais e a relevância do extrativismo para a vida dos indígenas (NIMUENDAJÚ:1983).

Sílvio Fróes de Abreu (1901-1972) foi um químico e geógrafo brasileiro especializado nas descrições das regiões naturais, com ênfase nas jazidas minerais. Realizou trabalho de campo em regiões com predomínio de babaçuais entre os índios Guajajara e Urubu Kaaapor, respectivamente nas regiões do Mearim e Baixada Maranhense em 1929-1930. Produziu um estudo sistemático sobre o extrativismo do babaçu e seu trabalho apresenta as características da produção da sua época, com fortes influências das ciências naturais na descrição do meio físico e das características biológicas dos povos indígenas (ABREU: 1931, p.30).

S. Fróes Abreu faz referência à utilização da palmeira, pelo que chama de “os primeiros homens que habitaram o Maranhão”, que utilizam seus frutos e suas palhas para feitura de habitações e utensílios diversos. Remete assim, para uma ancestralidade do extrativismo, que é associado ao uso da categoria “selvagem” para caracterizar os que se dedicavam à coleta. Quando se refere às primeiras utilizações do babaçu, atribui essas utilizações ao que denomina os “selvagens”, designados também por ele como “indígenas” (ABREU:1931, p.64).

Raimundo Lopes produziu o livro *Uma Região Tropical* no ano de 1916 Formado em letras, tornou-se, posteriormente, naturalista do Museu Nacional, tendo permanecido nessa instituição até sua morte no ano de 1941. Apesar da formação em letras a produção intelectual de Lopes é mais conhecida no âmbito da geografia<sup>1</sup>.

O trabalho de campo já estava presente nos procedimentos de Raimundo Lopes, autor que entrecruzou a geografia e a antropologia, criando, no Brasil, a geografia humana ou antropogeografia (DOMINGUES: 2010, p.15).

---

<sup>1</sup> A estruturação do campo da reprodução de conhecimento científico referido à geografia se dá nas décadas de 1940 e 1950 através da ação do IBGE e da criação das faculdades de filosofia no país. Foi a partir daí que os domínios institucionais referidos à geografia, história, e antropologia começam a se estruturar.

Uma Região Tropical de autoria de Raimundo Lopes, tem como proposta produzir uma descrição geográfica que não seja de gabinete, centrada na observação direta dos fatos. Lopes utiliza técnicas de escavação para retirar objetos que pudessem atestar a ancianidade da ocupação da região da Baixada Maranhense. Denominou essa geografia de geografia do tempo. Dos autores selecionados é o único que critica explicitamente a mera descrição das paisagens e dos quadros naturais sem referência ao povo e às formas de ocupação anteriores. Lopes agrupou informações sobre os povos Tembé, Guajajara e muitos artefatos constam das coleções do Museu Nacional.

Raimundo Lopes se refere a outros usos das palhas do babaçu, como para o cercamento de áreas de pesca, como reservatório de água durante as secas, ou mesmo, entre os índios Urubu Kaaapor, um assovio de coquilho, acompanhando flechas de ponta de ferro (LOPES: 1970, p.165). As rancharias de salga de peixe são descritas como possuindo ranchos ou edificações temporárias, feitas de *pindoba*, que seria a palha da palmeira de babaçu ainda nova. Tais ranchos seriam armados à beira dos lagos e rios, e por vezes, tornando-se verdadeiras povoações improvisadas sob a direção dos *chefes de rede*. Em tais habitações moravam os salgadores de peixe com suas famílias, se estabeleciam os *quitandeiros*, isso em determinado período do ano, na Baixada Maranhense. O autor denomina de nomadismo piscatório esse processo, herdados pelos pescadores dos índios amazônicos e tupis (LOPES: 1970, p.146).

Na descrição das casas Lopes (1970) ressalta as denominadas casas Jirau, descritas como *ranchos de palha*, firmadas por grossas paliçadas que fazem corpo com o andar habitável. Tais ranchos seriam comuns em toda a Baixada Maranhense em áreas de inundações periódicas. Na cheia dos rios, a curiosa moradia, suspensa sobre as águas, só se torna acessível por canoas e igarités, daí a comparação que o autor faz dessas moradias com Veneza.

A partir dos anos 1940-50, entretanto, se consolida no Maranhão, a noção de intervenção planejada na economia. Os estudos sobre o babaçu são encomendados pelo poder público visando dinamizar a economia regional. Tal gênero de produção intelectual passa a ser incentivado no momento em que o babaçu começa a ter valor econômico expressivo, face às demandas do mercado internacional e à industrialização acelerada do Centro-Sul do país. Nesse período, o extrativismo do babaçu é pensado como alternativa para o desenvolvimento econômico da região, em virtude da propalada “decadência da lavoura”. O pensamento erudito se volta para o extrativismo e institui novos esquemas interpretativos para analisar a economia regional, conforme a interpretação consagrada por

uma plêiade de eruditos que cristalizaram uma forma de interpretar a região enfocada. O que estava em jogo, atrelado aos incentivos fiscais e crédito concedidos pelo Estado à iniciativa privada, e às pesquisas científicas, era o investimento numa tecnologia de beneficiamento que otimizasse os lucros empresariais. Os investimentos centravam-se na transformação dessa economia doméstica em uma economia de mercado.

Nos autores representantes do intervencionismo a noção de tecnologia aparece vinculada a noção de desenvolvimento. Em contraposição a associação tecnologia/desenvolvimento econômico outras concepções passaram a ser teorizadas, dentre elas a noção de tecnologia como associada às relações sociais e aos saberes tradicionais.

A noção de tecnologia social presente nos estudos etnológicos rejeita a separação entre o aspecto técnico, o econômico e o ritual, considerando que somente a etnografia permite a percepção, por parte dos pesquisadores, dessa indissociação (HAUDRICOURT: 1987, p. 58).

No caso do extrativismo de babaçu, surgem formas organizativas que reivindicam uma tecnologia social e defendem projetos que não eliminam quebra manual. Com a emergência dessas organizações que acionam a etnia como fator de pertencimento, os saberes tecnológicos locais, secularmente construídos, passam a ser interpretados como fundamentais para a garantia de modos de vida diferenciados. De outro lado, intervenções governamentais atualizam visões científicas superadas, ao viabilizarem propostas de incremento tecnológico considerando somente a dimensão econômica e as lógicas de mercado. Nas situações empíricas investigadas a técnica está referida a relações sociais precisas, inseridas em contextos rituais e de mobilizações.

Ao analisar os discursos produzidos sobre modos de vida específicos e saberes tecnológicos proponho um exercício de reversão que permita compreender a tecnologia como uma ciência humana, ao invés e considerá-la como um patamar a ser alcançado via processos de desenvolvimento. Analiso as interpretações das *quebradeiras de coco babaçu* sobre o machado por ser empregado atualmente como instrumento que as diferencia através de um saber que lhes é próprio.

Nas práticas de campo e nas descrições de antropólogos até pelo menos 1940 sobressai a coleta e a classificação dos machados como um elemento cultural definitivo dos povos primitivos. Desencavado por arqueólogos e antropólogos, seguindo criteriosamente a orientação dos manuais, os machados são dispostos nas exposições dos museus, integrando coleções.

No âmbito da produção científica o machado perpassa as interpretações arqueológicas e antropológicas e até pelo menos os anos 40 sobressai na sua descrição a associação a elemento cultural dos povos primitivos. Os machados, assim como os as pontas de lanças e outros instrumentos, representam, para o evolucionismo, a possibilidade de remontar a origem da humanidade e para o difusionismo, possíveis contatos entre os diferentes povos. Elemento fundamental das coleções, os vários tipos de machados compunham o repertório dos museus. Predominava a concepção segundo a qual quanto mais instrumentos eram achados ou encontrados, maiores as possibilidade de remontar as origens dos povos ou mesmo os possíveis contatos entre esses povos a partir da identificação de artefatos que apresentassem semelhanças.

Além da preocupação com a montagem de coleções tem-se que o machado, na interpretação evolucionista, é símbolo de um estágio de desenvolvimento tecnológico. Com ele o homem começou a transformar a natureza de uma maneira mais permanente e inclusive a ter sobre a cobertura vegetal um controle maior.

Se, na literatura antropológica o machado aparece comumente associado à concepção de “primitivos”, “povos atrasados” ou sem tecnologia, para as *quebradeiras de coco* representa a possibilidade de manutenção de sua identidade étnica. O critério de autoafirmação prevalece em relação às formas de classificação externas. Invertendo a modalidade interpretativa dos colecionistas.

A construção da identidade das quebradeiras de coco babaçu (ALMEIDA:1995) não dispensa o machado que representa um tipo de saber que atualiza uma forma de existência e que inclui práticas artesanais, em contraposição a representação desse instrumento como símbolo de um estágio de evolução tido como “arcaico”, “primitivo”. Há formas diferenciadas de quebrar coco e interpretações diversas sobre o machado, incluindo o uso religioso desse instrumento nos terreiros de mina da baixada maranhense.

A reversão do discurso hegemônico, exercitada a partir de observações de campo, permitiu observar que para as *quebradeiras de coco babaçu* a dimensão ecológica extrapola a relação com o meio ambiente. *As palmeiras são mães, os cocos filhos* (SILVA NETA: 2003). Concluo: a vida está derramada na natureza.

## REFERÊNCIAS

ABREU, S. Fróes Na Terra das palmeiras. Estudos brasileiros. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995). São Luís: A.W.B. ALMEIDA/MIQCB, 1995, 183p.

CASTRO FARIA, Luiz de. Antropologia: duas ciências. Notas para uma história da antropologia no Brasil. Organizadores: Alfredo Wagner Berno de Almeida & Heloísa Maria Bertol Domingues. Rio de Janeiro: CNPQ/MAST, 2006, 127 p.

DOMINGUES. Heloísa Maria Bertol & ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Raimundo Lopes: dois estudos resgatados. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

LOPES, Raimundo. Uma região tropical. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 1970, 197p (Ed. original 1916)

HAUDRICOURT, André-Georges. La technologie science humaine. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, Paris, 1987.

NIMUENDAJÚ. Curt. Os Apinayé. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1983, 146 p. (Ed. original 1939).

SILVA NETA, Maria Querubina da. Entrevista. Data: janeiro de 2005. Realizada por Cynthia Carvalho Martins.